

ATA 15

Ata 15/2010 – Aos três dias do mês de novembro de dois mil e dez, às oito horas e trinta minutos, na sala de reuniões da Central dos Conselhos, sito a Rua Sete de Setembro, mil cento e trinta e quatro, Centro, Toledo, Paraná, reuniram-se os membros do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) para reunião ordinária, contando com a presença dos seguintes conselheiros: Solange Silva dos Santos Fidélis, Márcia Fath, Roseli Terezinha Gass, Simone Beatriz Ferrari, Maria Inês Borges Mânica, Patrícia Ortigoza Chaves, Renate Neumann Schewe Cardoso, Maria de Lurdes de Oliveira Silveira, Vilson André da Silva, Otília Grígolo Friedrich, Elisabete Medeiros Backes, Sandra Cordeiro Muniz, Valdair Alberton Baggio, Valdenice dos Santos Souza, Ivone Laguna Abreu, Rosana Aparecida Pinho Franco dos Santos, Nelson Kissler, Fernanda Pape, Alcídio Roques Pastório, Ruth Lemes Palma e os participantes: Ires Damian Scuzziato, Micheli Cristine Schneider de Moura, Rosangela Bertoldo, Débora Lúcia S. Kowalski, Ângela Kant Martins e Marília Borges. A presidente do CMAS, Maria Inês Borges Mânica, saudou os conselheiros presentes, observando que a pauta de hoje não está muito extensa e passa a mesma: **a) Apreciação e aprovação das Atas da reunião ampliada e 14/2010; b) Informes da Secretaria Executiva (correspondências recebidas/expedidas); c) Relato das Comissões: Comissão Especial de Estudos sobre o Bolsa Universitária; d) Discussão sobre a Instrução Normativa 16/2010 CNAS; e) Proposta de encerramento das atividades de 2010; f) Assuntos Gerais. Em seguida a presidente questiona se há sugestão de inclusão de pauta e Fernanda Pape solicita a inclusão na pauta a discussão sobre as atribuições do CMAS para a conclusão do Monitoramento de Gestão da SETP que acontecerá no próximo dia nove. A solicitação de inclusão de pauta foi aceita pela plenária.** No item A da pauta, Tania Midding, secretária executiva do CMAS apresenta a ata da reunião ampliada de aprovação da LOA 2011, sendo aprovada por unanimidade. Em seguida apresenta a ata 14/2010, a qual, também foi aprovada por unanimidade. No item B da pauta, Tania Midding esclarece que não houve correspondências expedidas e apresenta as correspondências recebidas: e-mail justificando a ausência nesta reunião ordinária do CMAS do conselheiro Felipe H. Zanini e seu suplente e; convite para evento de comemoração dos dezoito anos do Circo da Alegria. No item C da pauta, a conselheira Solange Fidelis relata que a comissão especial de estudos sobre o Bolsa Universitária receberam o parecer da Promotoria de Curitiba através do Dr. Marcos Fowler, o qual foi favorável a posição do CMAS e apoiando o Termo de Recomendação elaborado pela comissão. Neste parecer Dr. Marcos afirma que que é responsabilidade do Conselho Municipal de Educação – CME realizar a fiscalização das bolsas de estudos. Solange informa que sexta-feira (05/11/2010), após a reunião ordinária do CMAS, a comissão reuniu-se com os Promotores Dr. Sandres Sponholz e Dr. José Roberto Moreira, e após uma longa discussão, a comissão sugeriu a criação de um Departamento específico ou a contratação de uma assistente social pela Secretaria de Educação para realização destes trabalhos. Fernanda Pape relata que após discussão questiona a situação de ser institucional trazer esta responsabilidade para a Assistência Social, pois esta é uma política não contributiva e esbarra na questão de diversas outras situações como o pagamento do vestibular e o tempo que o aluno precisa estar cursando e pagando as mensalidades até o processo de análise e concessão da bolsa. Solange diz que o resultado desta reunião foi que a comissão levasse a Administração Municipal a sugestão de criação de um departamento específico para realização da análise e concessão das bolsas estudos e de uma comissão de acompanhamento deste processo. Neste momento, Fernanda relata que na quinta-feira da semana passada, esteve no gabinete do Prefeito senhor José Carlos Schiavinato, o qual solicitou a presença do Assessor Jurídico da Prefeitura senhor João Carlos Poletto, em que esteve presente a senhora Maria Inês Mânica, enquanto presidente do CMAS e a Secretária de Assistência Social Ires D. Scuzziato, onde relataram toda a discussão que está ocorrendo e o posicionamento do CMAS em relação ao repasse desta responsabilidade para a Assistência Social e para o Conselho. Desta forma, estão aguardando um retorno, pois o Prefeito ficou de dar um posicionamento na data de hoje. Fernanda lembra ainda que saiu uma nota no Jornal do Oeste e no site da Prefeitura, em que o presidente do CME informa que o Programa das Bolsas Universitárias agora é responsabilidade da Assistência Social. Na sequência, o conselheiro Valdair Baggio lê a reportagem na íntegra. Ires sugere que o CMAS oficie o presidente do CME para vir em reunião deste Conselho para explicar a decisão de estar divulgando sem consultar o CMAS e sem estar realmente decidido que a Assistência social vai assumir esta responsabilidade. O conselheiro Valdair Baggio complementa dizendo que assim como o PROUNI a concessão de bolsas de estudos também não é responsabilidade da Assistência Social. Maria Inês diz que o momento é de aguardar o retorno da posição do Prefeito e da

Assessoria Jurídica da Prefeitura. Ires relata que obteve informações do Assessor Jurídico da Prefeitura que as universidades estão vendo uma possibilidade de realizar este processo sem envolver a Prefeitura e, provavelmente, esta lei será revogada. Maria Inês diz à Ires que acha importante que se faça a divulgação da posição do CMAS e que se necessário ela, enquanto presidente do CMAS, participará de uma entrevista juntamente com a Secretária. No item D da pauta, em relação a Resolução 16/2010 do CNAS, a presidente relata a preocupação em relação ao novo procedimento para inscrição das entidades, serviços, programas e projetos socioassistenciais no CMAS, considerando que todas as entidades terão que solicitar inscrição no CMAS no prazo de doze (12) meses a partir da publicação da resolução, independente de estar com o registro vencido ou não. Fernanda Pape fala que poderia ser utilizado o mesmo instrumental de monitoramento e avaliação, se o CMAS aprovar, mas na parte do financiamento de cada programa, projeto e serviço, precisará ser realizado algumas alterações para que sejam utilizados os mesmos e, desta forma, não precisar construir mais um instrumental. Fernanda fala sobre a capacitação que aconteceu na cidade de Cascavel, no último dia vinte e oito, sobre a Lei de Filantropia, com o palestrante Leandro Nunes Meller, em que avaliaram como muito boa a capacitação e acha interessante convidá-lo para vir fazer uma fala ao CMAS e entidades. Na sequência, a presidente Maria Inês relata alguns pontos importantes em relação a Instrução Normativa e enfatiza a questão de que o CMAS deverá promover, pelo menos, uma audiência pública ao ano. Em relação as inscrições no CMAS, esta será por tempo indeterminado, porém, deverão ser apresentados relatório e plano de ação anualmente e que o CMAS deverá elaborar um plano de acompanhamento e fiscalização para este processo. Maria Inês informa que, para a próxima reunião, a comissão técnica e o Departamento de Gestão trarão os instrumentais já reformulados para aprovação no CMAS. Em seguida, Fernanda Pape fala sobre o Monitoramento de Gestão da SETP que acontecerá no próximo dia nove e informa sobre quais declarações o CMAS deverá emitir para ser entregue à SETP em relação ao funcionamento e as especificações físicas e de acessibilidade, conforme os parâmetros da ABNT, dos equipamentos sociais. São os aspectos: Estruturação das equipes dos CRAS, conforme NOB/RH-SUAS; Carga horária dos profissionais de nível superior; Organização das estruturas físicas destinadas exclusivamente aos CRAS, conforme NOB/SUAS-2005 e Guia de Orientações do CRAS; Implantação de trabalho social com as famílias, de caráter continuado, conforme tipificação de serviços do MDS e; Aquisição, reforma ou construção de espaço físico adequado, exclusivo para o funcionamento do CRAS, conforme NOB/2005 e Guia de Orientações. Fernanda esclarece qual a sistemática de apresentação, pelos Coordenadores dos equipamentos, de como foram ou estão sendo cumpridas as exigências do plano de providências do Monitoramento de Gestão. A conselheira Roseli Gass questiona que os CRAS deveriam estar de acordo com a NOB/2005 e não estão. Fernanda esclarece que a CIT – Comissão Intergestora Tripartite publicou a Resolução nº 5 de 3 de maio de 2010, concedendo prazo para os municípios se adequarem com equipe técnica até o final do ano de 2013 e, desta forma, dá condição ao CMAS para declarar que o Município está de acordo com as normativas. Ires esclarece a situação de ainda ter Psicólogo nos CRAS três e quatro, tendo em vista que já foram realizadas seis ou sete convocações deste profissional do concurso público e nenhum assumiu a vaga. Em seguida Fernanda apresenta o novo Organograma da Secretaria Municipal de Assistência Social, esclarecendo e nominando todos os diretores e coordenadores dos equipamentos sociais e dos programas executados pela Secretaria de Assistência Social. Na sequência, cada coordenador de CRAS e CREAS relatam como está estruturado o equipamento social de sua responsabilidade, com a finalidade de que todos os conselheiros tenham conhecimento de como está a estrutura física e de recursos humanos dos referidos equipamentos sociais. A presidente Maria Inês pergunta se a estrutura física e de RH como está, contempla as exigências? A coordenadora do CRAS I Ruth Palma responde que não contempla e diz que a Gestão fará a justificativa de acordo com a instrução normativa da CIT. O diretor da PSB, Alcídio Pastório menciona que há uma discrepância de informações em relação a estrutura física e de RH indicada pela CIT e NOB/SUAS. A conselheira Roseli Gass comenta a questão do espaço do CRAS III ser alugado e não contemplar as exigências de acessibilidade e menciona a situação do CRAS IV que é um espaço próprio do Município e, também, não oferta total condição de acessibilidade conforme normas da ABNT, devendo o responsável/coordenador cobrar para adequação. Ires diz que, realmente, o espaço do CRAS III não é adequado, pois já fizeram busca no bairro e não existe outro espaço que seja adequado para instalação do CRAS III. A coordenadora do CRAS III, Ângela Kant diz que em relação a acessibilidade, já foi providenciado rampas de acesso e barras no banheiro. A presidente Maria Inês questiona qual será o procedimento e se Gestão vai justificar o que não está de acordo com as normativas. Fernanda esclarece que sim e que o CMAS irá emitir uma declaração dando ciência de como estão estruturados os CRAS com as ressalvas do que não está a contento. Maria Inês pergunta se todos os conselheiros entenderam e se concordam que ela, enquanto presidente do CMAS, assine esta declaração e põe para aprovação da plenária. A plenária aprova por unanimidade a emissão da declaração pelo CMAS para os CRAS. Na sequência, a diretora da PSE, Marília Borges passa a apresentar a estrutura física e de RH dos

CREAS I e II. Em seguida fala sobre a capacidade de atendimento conforme equipe exigida, sendo que no CREAS I está sendo atendido o dobro desta capacidade e no ano de 2011, terá que ser pensado na adequação da equipe para o número de atendimentos. Fernanda fala sobre a situação do Município que está habilitado no nível de gestão básica, no entanto, tem demanda e desenvolve serviços do nível de gestão plena, mas que os recursos humanos exigidos a gestão básica são menores que os exigidos para gestão plena. Ires fala sobre a questão do advogado para os CREAS, pois estão aguardando a realização do concurso público para contratação deste profissional. Ires esclarece ainda, que já solicitou da Assessoria jurídica o remanejamento de um advogado para os CREAS e a mesma respondeu que não pode remanejar um profissional, e se houver casos que necessitem este atendimento, o CREAS deverá encaminhá-lo para a assessoria jurídica da Prefeitura. Em relação a estrutura física, Marília esclarece que tem o projeto de ampliação e de construção de dois banheiros com acessibilidade, e que será anexado o projeto e a planta na justificativa. Fernanda questiona sobre a demanda do CREAS II. A coordenadora Sandra Muniz esclarece que estão atendendo idosos, crianças, adolescente e pessoas com deficiência. Ires diz que nas reuniões do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA/PR se fala muito sobre o disk denúncia, no entanto, a estruturação dos serviços não aumenta na mesma proporção que os números de atendimentos. A presidente Maria Inês lembra que é muito importante justificar o que não pôde ser realizado e não deixar cumprir com o que é dever do Município. Em seguida põe para aprovação da plenária a emissão da declaração para os equipamentos e serviços de proteção social especial. Aprovado por unanimidade. A presidente dá por encerrada a reunião agradecendo a presença de todos os conselheiros. Nada mais havendo a tratar, eu, Tania R. S. Midding, Secretária Executiva, encerro a presente ata, a qual será assinada por mim e pelos demais presentes.